

**REVOLUÇÃO RUSSA E OS CAMINHOS DA CONTROVÉRSIA DA REVOLUÇÃO
BRASILEIRA: NELSON WERNECK SODRÉ, CAIO PRADO JR E FLORESTAN FERNANDES**

Bruno Borja¹
Carla Curty²
Jaime León³
Leila Barbosa⁴
Maria Malta⁵
Wilson Vieira⁶

Resumo:

A controvérsia da revolução brasileira se desdobra em vários momentos sempre recortada pelas diferentes estratégias revolucionárias (democrático-burguesa, democrático-popular, socialista). Durante um período significativo do século XX, entre as décadas de 1920 a 1970, o debate sobre a forma de transformação ganha centralidade nos círculos políticos e intelectuais da esquerda no Brasil, em especial, entre os marxistas. A controvérsia sobre a revolução brasileira se estabelece a partir da análise das questões da realidade brasileira, levando em consideração suas especificidades, como forma da orientação das possíveis estratégias políticas a serem adotadas visando a possibilidade da revolução no Brasil. O objetivo deste artigo é apresentar três autores representativos da tradição marxista que desenvolveram posições significativas no debate: Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Jr e Florestan Fernandes.

Palavras-chave: revolução brasileira; marxismo; Nelson Werneck Sodré; Caio Prado Jr; Florestan Fernandes.

**Russian revolution and the paths of the controversy of the Brazilian revolution:
Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Jr e Florestan Fernandes**

Abstract:

The controversy of the Brazilian revolution unfolds in several moments always cut short by the different revolutionary strategies (democratic-bourgeois, democratic-popular, socialist). During a significant period of the twentieth century, between the 1920s and 1970s, the debate over the form of transformation gains centrality in the political and intellectual circles of the left in Brazil, especially among Marxists. The controversy over the Brazilian revolution is based on the analysis of the Brazilian reality, taking into account its specificities, as a way of orienting the possible political strategies to be

¹ Professor do IM/UFRRJ, pesquisador do Laboratório de Estudos Marxistas (LEMA/UFRRJ-UFRRJ) e membro do GT-HPEB/SEP.

² Professora do ITR/UFRRJ, pesquisadora do LEMA/UFRRJ-UFRRJ e membra do GT-HPEB/SEP.

³ Doutorando do PPGE-IE/UFRRJ, pesquisador do LEMA/UFRRJ-UFRRJ e do Grupo de Estudos Florestan Fernandes/UNICAMP, membro do GT-HPEB/SEP.

⁴ Doutoranda do HCTE/UFRRJ, pesquisadora do LEMA/UFRRJ-UFRRJ e membra do GT-HPEB/SEP.

⁵ Pró-reitora de extensão da UFRJ, professora do IE/UFRRJ, coordenadora do LEMA/UFRRJ-UFRRJ e do GT-HPEB/SEP.

⁶ Professor do IE/UFRRJ, pesquisador do LEMA/UFRRJ-UFRRJ e do Laboratório de Estudos sobre Hegemonia e Contra-Hegemonia (LEHC/UFRRJ), membro do GT-HPEB/SEP.

adopted aiming at the possibility of the revolution in Brazil. The objective of this article is to present three authors representative of the Marxist tradition who developed significant positions in the debate: Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Jr and Florestan Fernandes.

Keywords: Brazilian revolution; Marxism; Nelson Werneck Sodré; Caio Prado Jr; Florestan Fernandes.

INTRODUÇÃO

A revolução russa de outubro de 1917 foi um fenômeno de impacto mundial, determinante para o desenrolar do século 20. Sua influência se espalhou pelas mais diversas regiões do planeta, e no Brasil não foi diferente. Não há dúvida de que o debate sobre uma possível revolução brasileira se inspira diretamente na experiência russa e, mais do que isso, é levado adiante por pessoas vinculadas ao movimento comunista internacional, liderado pelo Partido Comunista da União Soviética. A controvérsia da revolução brasileira surge e se desenvolve acompanhando a dinâmica do movimento internacional – apresentando, em termos brasileiros, as questões levantadas pela militância revolucionária mundial.

O debate sobre a revolução brasileira se apresenta como uma tentativa de particularizar a teoria da revolução para a especificidade da formação social brasileira. Mas o faz seguindo as diretrizes do movimento internacional, não somente em termos teóricos, mas também em sua prática política. Eis a razão de por que, ao tentar fazer uma história do pensamento revolucionário, sermos remetidos sempre à fundação do Partido Comunista do Brasil (posteriormente denominado Partido Comunista Brasileiro, PCB). É no âmbito do PCB e de seus sucessivos rachas que encontramos o núcleo da controvérsia da revolução brasileira.

Podemos organizar a evolução do debate em termos históricos, seguindo uma periodização que parte da revolução russa de 1917⁷. Assim, uma primeira onda de ideias revolucionárias se difunde com a criação da Internacional Comunista (IC) em 1919 e a profusão de partidos comunistas fundados desde então: em nosso caso, a fundação do Partido Comunista do Brasil em 1922. Um ponto de inflexão foi o VI congresso da IC em 1928, que define o caráter da revolução em países coloniais, semicoloniais e dependentes.

⁷ Sobre o contexto histórico e a periodização da controvérsia da revolução brasileira, ver Curty, León e Barbosa (2017), *A Revolução Russa e suas influências sobre o contexto no qual se desdobra o debate da revolução brasileira*.

Neste mesmo congresso ocorre a expulsão de Trotsky e o primeiro grande racha no movimento comunista internacional. Racha que também se dá no Brasil, quando o grupo dirigente do PCB é afastado no III Congresso do partido em 1928/1929⁸. Este é o período de maior centralização política, onde ocorre o enquadramento stalinista do PCB. Outra inflexão ocorreria somente nos anos 1950, com a morte de Stalin em 1953, a declaração de Krushev em 1956 e a declaração de março de 1958 do PCB. Estes são marcos do grande racha mundial do movimento comunista internacional e brasileiro.

É neste contexto de crise da direção dos partidos comunistas que foi retomada a controvérsia da revolução brasileira. Vive-se um momento de auge da guerra fria, com grande expansão do comunismo após a revolução chinesa de 1949, a guerra da Coreia e a revolução cubana de 1959. A chama revolucionária permanecia acesa e o debate se intensifica no Brasil. O país avança em sua industrialização pesada sob a égide do nacional-desenvolvimentismo, mas a sonhada superação do subdesenvolvimento não se realiza. O avanço do capitalismo brasileiro traz consigo o aprofundamento de suas contradições, mas a ascensão do movimento de massas é sustada pelo golpe de 1964.

O tema da revolução é retomado pelas mãos de três expoentes do marxismo brasileiro: Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Junior e Florestan Fernandes. Podemos, inclusive, apresentar estes autores como representantes de diferentes correntes políticas. Nelson Werneck com uma posição muito próxima à linha da direção central do PCB, Caio Prado fazendo a crítica interna à interpretação dominante no partido, e Florestan representando uma crítica externa ao partido, dissidência que expressa a descentralização do debate com os rachas do movimento comunista.

Os termos do debate seguem de perto as proposições de Marx e Engels e de Lenin. Especialmente no que tange à teoria da revolução e da análise concreta da situação revolucionária, fundada nesta teoria, buscando avaliar as condições objetivas e subjetivas para a realização da revolução. Assim, compete aos autores a tentativa de caracterizar o modo de produção vigente no Brasil, avaliar a política de alianças de classe viável na conjuntura brasileira e apontar o caráter da revolução brasileira. Tema central na formação do marxismo brasileiro, é em torno da controvérsia da revolução que se gestam as primeiras e principais interpretações marxistas do Brasil.

⁸ Sobre o debate nos anos 1920 e as mudanças políticas no PCB, ver Pinheiro (2017), *Bolchevistas e Trotskistas no Brasil: a revolução russa e a controvérsia da revolução brasileira nos anos 1920*.

No caso específico, Nelson Werneck Sodré vai caracterizar o modo de produção como um feudalismo à brasileira, onde seria viável uma aliança política dos trabalhadores com a burguesia nacional contra os latifundiários feudais e o imperialismo, para realizar uma revolução democrático-burguesa, etapa necessária para a eventual construção do socialismo no país. Caio Prado Junior sustenta desde os anos 1930 uma caracterização capitalista do modo de produção no Brasil, e não considera viável uma aliança com a burguesia nacional, dado seu caráter associado ao imperialismo, sendo a aliança fundamental entre trabalhadores do campo e da cidade para realizar a revolução, a princípio democrático-burguesa, para avançar gradualmente em direção ao socialismo. Já Florestan Fernandes apresenta uma interpretação do capitalismo dependente brasileiro que não deixa margem para uma aliança estratégica entre trabalhadores e burguesia, já que esta exerce uma dominação de classe autocrática e dependente do imperialismo, portanto, aposta na organização autônoma dos trabalhadores como único caminho viável para a revolução socialista no Brasil.

1- NELSON WERNECK SODRÉ: A REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICO-BURGUESA

Nelson Werneck Sodré foi um dos nomes mais importantes da militância comunista no Brasil e suas análises tiveram grande influência sobre os debates e formulações do PCB.

Ao introduzir a tese da predominância do modo de produção feudal na formação brasileira, Sodré rejeita, simultaneamente, tanto a leitura que conferia caráter capitalista às relações de produção no Brasil, estabelecida por Caio Prado Jr. (1933; 1942; 1945) e Roberto Simonsen (1937) e quanto a explicação de Varnhagen (1854) e Capistrano de Abreu (1907), que compreendia a colonização como a transplantação direta do feudalismo de Portugal para o Brasil sem fazer as devidas mediações⁹.

Em *Formação Histórica do Brasil* (1962), Werneck Sodré coloca como fator explicativo central sobre o modo de produção no Brasil a existência de monopólio feudal da terra, postulava a existência de um processo de regressão feudal, originado da decomposição do escravismo colonial.

⁹ A contribuição de Caio Prado está em *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942); a de Roberto Simonsen em *História Econômica do Brasil* (1937); a de Varnhagen em *História Geral do Brasil* (1854); a de Capistrano de Abreu em *Capítulos da História do Colonial* (1907).

O feudalismo elaborado por Sodré é resultante da necessidade de compreender as especificidades do processo histórico brasileiro. Ao colocar o foco da análise sobre as condições internas de produção e as relações de posse e propriedade vigentes no Brasil, Sodré observa que o modo de produção brasileiro não pode ser caracterizado como capitalista, ou de sentido capitalista – em crítica direta à formulação de Caio Prado Júnior – por apresentar monopólio da terra e relações de trabalho não assalariadas. Assim como Caio Prado Jr., Sodré vê o processo de colonização do Brasil como um desdobramento do processo de acumulação primitiva de capital na Europa, sendo o sistema colonial alavanca deste processo de acumulação. Isto não quer dizer, ao contrário do que pensa Caio Prado, que o processo de colonização do Brasil, por derivar do surgimento do sistema capitalista, implique em uma produção colonial capitalista, ainda que a produção escravista seja aqui dotada deste sentido. A crítica de Sodré reside no fato que durante o processo de acumulação primitiva não se teria verificado produção capitalista nem mesmo em Portugal, na medida em que nesta etapa do processo histórico a forma dominante do capital era o capital comercial, ainda incapaz de se expandir sobre suas próprias bases, e que, portanto, não seria plenamente capitalista (cf. SODRÉ, 1962; 1980).

Para Sodré, o desenvolvimento do capitalismo em algumas regiões da Europa se deu de forma a colocar diversas formas de produção não capitalistas a serviço de sua lógica. Para o autor, o processo de acumulação de capital mercantil, ocorrido na esfera da circulação, coexistiu com as relações feudais de produção e as fortaleceu em alguns lugares, ao passo que atuou como uma das vias para constituição do modo de produção capitalista em outros. A existência de relações feudais em algumas partes da Europa, como Portugal, foi funcional para o desenvolvimento das relações de produção capitalistas em outras, como a Inglaterra. O fator determinante para a consolidação do modo de produção capitalista é tomado como algo interno à dinâmica da economia local.

A principal crítica de Sodré à corrente que entende o Brasil como capitalista desde a colônia reside na confusão, que segundo Sodré esta corrente faria, entre o capital comercial, que realiza seu excedente na esfera da circulação, e o modo de produção capitalista propriamente dito. Sodré afirma que não se pode confundir a burguesia comercial que emerge desse processo com uma classe burguesa hegemônica (PINHEIRO *et alli*, 2015). Neste sentido, apresenta uma posição bastante diferente do que havia formulado em 1944 em *Formação da Sociedade Brasileira*. Em 1962, Sodré contesta o caráter burguês da Revolução de Avis que havia apresentado anteriormente e que até

então era a visão estabelecida na historiografia – a Revolução de Avis foi processo que desencadeou a unificação precoce de Portugal em 1385. Para Sodré este teria sido um processo de luta nos marcos do feudalismo para expulsar os mouros, e as instituições e o Estado que se constituíram nesse processo, não possuem conteúdo capitalista. Ao mesmo tempo, este já é marcado pela ascensão do capital comercial que atua dissolvendo as relações feudais estabelecidas. Ou seja, existia feudalismo em Portugal, mas se tratava de um feudalismo decadente, dotado de algumas características particulares. A implementação de um grupo comercial em Portugal, etapa da centralização política, não era condição suficiente para a implementação de relações capitalistas de produção no Brasil. Esta seria então uma das chaves para compreender o que se sucede com a formação brasileira (GRESPLAN, 2006).

Com isso Sodré, dirige uma crítica aos que viam capitalismo em Portugal a partir de 1385, sendo a confusão entre capital comercial e modo de produção capitalista propriamente dito a origem do equívoco.

O processo de colonização brasileiro foi um empreendimento do capital comercial português que tinha como arcabouço jurídico institucional um Estado absolutista. É nesse contexto que se tem a exploração comercial da costa brasileira nos primeiros anos de colonização, e também aí que se insere o sistema de capitanias hereditárias fracassado em poucos anos. Embora não tenha deixado legados significativos no plano institucional, já que o Governo Geral seria instituído em 1549, as capitanias deixaram um legado que para Sodré se recolocaria de maneira permanente na história do Brasil, o monopólio feudal da terra. O monopólio real do acesso à terra teria colocado já de partida uma distribuição fundiária concentrada tanto nos empreendimentos voltados para o mercado mundial como para as atividades primárias necessárias à reprodução da economia colonial, ou seja, as atividades voltadas para o mercado interno. Tal distribuição fundiária originária do feudalismo se reproduziria de maneira permanente na realidade histórica brasileira.

Sobre o modo de produção existente no Brasil, Sodré também afirma que o modo de produção que aqui se instala não tem nenhuma ligação direta com a produção indígena, sendo o escravismo aqui implantado uma ruptura total e direta com o comunismo primitivo característico destes povos. Embora em algumas áreas a força de trabalho indígena tenha sido arregimentada como trabalho escravo ou subsumida ao trabalho por coerção religiosa, este não é para o autor o caso típico de força de trabalho utilizada, o negro africano. Desta maneira, o modo de produção que aqui se instala é

transplantado. Não há continuidade entre o primitivismo indígena e o escravismo. Neste último, os africanos vêm na condição de escravos dominados e os portugueses como dominadores, ambas condições que não existiam antes no Brasil. O escravismo que aqui é implantado se estrutura com força de trabalho escrava de origem africana a partir de elementos de organização produtiva e social europeus. Ou seja,

a chamada colonização nasce da transplantação dos elementos humanos africanos e europeus: os primeiros forneceram a massa da classe dominada, a que concorreu com o trabalho; os segundos forneceram a maioria absoluta dos que concorreram com a propriedade, a classe dominante. (SODRÉ, 1980, p. 136)

Um outro aspecto importante da formação econômico-social brasileira é a existência de desenvolvimento desigual e como este desenvolvimento desigual se manifesta na história brasileira. Para o autor, o fato de a existência histórica do Brasil ser tratada a partir do “descobrimento” em um momento no qual o feudalismo declinava na Europa ocidental, nos marcos da revolução comercial e das grandes navegações, com a definição do mercado mundial precisa ser reavaliado.

A formação brasileira seria marcada pela heterocronia, ou seja, pela presença de modos de produção que caracterizam diferentes tempos históricos em uma mesma estrutura econômico-social. Para Sodré coexistem no Brasil o comunismo primitivo, o escravismo, e o feudalismo, onde o avanço sobre as áreas indígenas e a decadência da produção escravista levou à dominância do feudalismo. Na visão do autor, um dos problemas acarretados por essa heterocronia no plano teórico seria o uso de categorias historicamente anteriores e fundadas na análise de outras situações concretas para tentar explicar o caso brasileiro, o que segundo Sodré seria um problema inerente a sua própria noção de feudalismo.

A heterocronia, característica presente na realidade histórica brasileira como resultado do processo de desenvolvimento desigual, se desdobra, por sua vez, na vigência de diferentes etapas históricas no mesmo território geográfico, o que Sodré chamou de contemporaneidade do não coetâneo. Ou seja, para o autor, este fenômeno é um reflexo interno da heterocronia:

O Brasil apresentou, e ainda apresenta – hoje, na verdade, com efeitos já bastante atenuados – etapas diversas de desenvolvimento, para aplicar um conceito generalizado e colhido da economia. A uniformidade é ainda, entre nós, uma tendência que se vem acentuando, sem dúvida, mas aquela heterocronia existe e funciona, condicionando

comunidades e sociedades. Trata-se de outro aspecto – agora particular, porque brasileiro – do desenvolvimento desigual (SODRÉ, 1980, p. 135).

Muitos autores trabalham esta mesma ideia que Sodré apresenta com a noção de contemporaneidade do não coetâneo, usando categorias ligadas ao dualismo, Nelson Werneck Sodré não explicita isto, mas é possível pensarmos conexões neste sentido. E esta seria uma outra característica do desenvolvimento desigual no Brasil para Sodré.

Deste modo, sendo colonizado por um país ainda feudal após a acumulação de capital mercantil, o Brasil teria herdado uma estrutura produtiva feudal, que, ao se deparar com as condições materiais do novo mundo, regressaria mais uma vez ao modo de produção escravista. “O predomínio econômico, demográfico e político do escravismo é indubitável até bem entrado o século XIX, associando latifundiários escravistas a grandes comerciantes inseridos no mercado mundial” (DEL ROIO, 2000, p.88).

A heterocronia apresentada por Sodré é o ponto de partida da ideia de regressão feudal apresentada pelo autor, já que, em uma mesma estrutura econômico-social coexistem escravismo e feudalismo, a decomposição do primeiro implica na dominância do último. Com a decomposição do escravismo teria lugar o processo de regressão feudal característico da República Velha. A manutenção do monopólio da terra e as diversas relações de trabalho que se estabelecem, instituídas nas figuras do parceiro, meeiro ou morador levam Sodré a caracterizar o modo de produção vigente na realidade brasileira como feudalismo. Com a regressão feudal preserva-se a estrutura fundiária do país. No entanto, antes que se pense em um feudalismo europeu¹⁰, é preciso destacar que se trata de um feudalismo à brasileira, já que o autor percebe através da categoria o que acredita ser a especificidade do modo de produção no Brasil, a concentração e o monopólio das terras. O modo de produção dominante é feudal porque o monopólio da terra é a base sobre a qual se organiza a produção e reprodução da vida material.

Ao traçar um paralelo entre estas relações de produção e as feudais, Sodré tem sempre o cuidado de estabelecer as mediações adequadas para captar as especificidades do caso brasileiro. É nesse sentido que se pode dizer que Nelson constrói um feudalismo

¹⁰ Inclusive, é importante destacar que na historiografia há um debate acerca da não existência de um único caso de feudalismo europeu, mas sim, vários feudalismos, que não seria possível falar em um feudalismo do tipo *clássico*. De um modo geral, Sodré questiona em seu argumento a própria ideia de que o feudalismo seria um modo de produção uniforme, colocando as diferenças existentes no próprio feudalismo europeu.

à brasileira. Tal explicação não é simplesmente a adaptação das formulações soviéticas e incorporadas pela IC sobre a questão.

Com a interpretação do processo histórico brasileiro à luz da ideia de regressão feudal, Sodré realiza uma rigorosa fundamentação marxista do programa nacional democrático formulado pelo PCB a partir da *Declaração de Março de 1958*¹¹. Se esta até então havia sido realizada através do marxismo-leninismo oficial da III Internacional, com conceitos tidos como universais para países coloniais, semicoloniais e dependentes, mecanicamente importados para a realidade brasileira, é a partir da contribuição de Nelson Werneck Sodré que esta análise adquire contornos historicamente fundamentados sobre as especificidades da formação econômico-social brasileira. O conceito de regressão feudal elaborado pelo autor justifica a tática política de uma frente popular ampla para, combatendo os resquícios de feudalismo, realizar de forma plena a revolução burguesa no Brasil. Esta frente ampla incluiria a classe trabalhadora, urbana e camponesa, e a burguesia nacional, que oscilava entre o nacionalismo e o imperialismo, mas que segundo Sodré, possuía interesses materiais nacionalistas, manifestos, por exemplo, no apoio ao Estado brasileiro no processo de industrialização.

O argumento de Sodré sobre a revolução brasileira tem como elemento central a percepção da atrofia e não-realização plena da revolução burguesa no Brasil. Para Sodré, ao romper com a República oligárquica, a Revolução de 1930 teria conservado muitos traços da oligarquia, esta revolução burguesa só se completaria com uma ruptura conduzida pela burguesia nacional, visando superar os traços arcaicos herdados do período colonial.

Neste contexto, a não-realização plena da revolução burguesa faz com que houvesse uma oposição entre a nação que estava se formando e o imperialismo e seus agentes internos. Logo, tornava-se necessário formar uma coalizção de forças nacionalistas com a finalidade de superar o duplo entrave ao desenvolvimento econômico nacional: o monopólio feudal da terra e o imperialismo.

O monopólio feudal da terra, o latifúndio, característico do feudalismo que Sodré identifica no modo de produção brasileiro, com sua produção organizada a partir da lógica dos interesses do mercado externo, constituiu uma estrutura fundiária extremamente concentrada e improdutiva. Segundo Pinheiro *et al.* (2015) esta estrutura, para Sodré,

¹¹ Para maiores informações sobre a *Declaração de Março de 1958*, ver Curty *et al.* (2017).

levaria à escassez de gêneros alimentícios fornecidos às massas urbanas no Brasil e permanentes problemas inflacionários, além de gerar um crônico excedente de força de trabalho no campo, cerceando assim, a constituição de um mercado interno em sua amplitude, que seria importante para o desenvolvimento da economia nacional pujante.

O imperialismo se manifestava como entrave ao desenvolvimento do capitalismo nacional pujante pela inserção periférica do Brasil no contexto internacional, subordinado ao imperialismo, em especial o estadunidense, através do estrangulamento externo da economia brasileira, do pagamento da dívida externa e as constantes remessas de lucros oriundas do capital internacional instalado na economia brasileira. Estes elementos seriam grandes entraves ao desenvolvimento da economia nacional no Brasil de maneira autônoma.

Desta maneira, a aliança entre classe trabalhadora e burguesia nacional deveria conduzir um processo revolucionário antifeudal, anti-imperialista, nacional e democrático, visando superar este duplo entrave. Esta superação deveria ser feita através de uma revolução agrária e uma revolução nacional, além disto, seria necessário completar o processo de industrialização da economia brasileira. A revolução brasileira seria, portanto, burguesa. Esta seria fundamental para o desenvolvimento do capitalismo nacional forte e dinâmico, etapa necessária para a posterior transição ao socialismo.

Tais esperanças só iriam se diluir com o golpe de 1964, que ao cercear as possibilidades históricas de sua execução, colocou as possibilidades históricas da sua crítica.

2- CAIO PRADO JUNIOR: A CRÍTICA À REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICO-BURGUESA

Caio Prado Junior foi um militante histórico do PCB, filiado ao partido em 1931, nunca o abandonou. No entanto, atuou sempre à margem da direção e da linha teórica dominante, fazendo, sistematicamente, a crítica à posição teórico-política do partido. Desde de seu primeiro livro, *Evolução Política do Brasil* (1933), expressou formulação distinta sobre as características da formação econômico-social brasileira, divergindo mesmo das posições majoritárias em âmbito mundial, propagadas pela *Internacional Comunista* (IC) a partir de 1928.

No livro de 1933, o autor afirma o caráter capitalista da colonização portuguesa sobre o Brasil, apontando as especificidades da produção em larga escala efetuada na

grande exploração rural típica da colônia. Também apresenta as contradições de classe internas que levaram à independência, assim como analisa o cenário de grande instabilidade política do império, principalmente no período das regências, no qual aponta as dificuldades das revoltas de conseguirem lograr êxitos duradouros. Em *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia* (1942), Caio Prado continua sua reflexão sobre a formação econômico-social brasileira, tornando-se o primeiro intérprete marxista consagrado no país, ao tratar do sentido da colonização como comercial e capitalista, indo contra a tese feudal defendida, no campo da esquerda, pelo PCB. Em *História Econômica do Brasil* (1945), sua análise se estende até o período republicano e chama a atenção para a permanência da situação colonial do Brasil, apesar do avanço do processo de industrialização, dada sua situação subordinada aos países centrais, isto é, sua relação com o imperialismo.

Esta posição, distinta daquela defendida pelo PCB, tal como observamos nas obras destacadas acima, se manteve até sua última grande obra, *A Revolução Brasileira* (1966) – inclusive no balanço que faz dela no texto *Perspectiva em 1977*. Isto tudo confirma que *A Revolução Brasileira* não é um livro fortuito, de circunstância, em resposta ao golpe de 1964. Evidente que a motivação maior do livro é apresentar uma interpretação e uma posição política frente ao golpe, entretanto, isto é feito em total coerência com as formulações longamente desenvolvidas pelo autor. Deste modo, *A Revolução Brasileira* se apresenta como um livro de síntese da trajetória teórico-política de Caio Prado Junior.

Como o próprio autor destaca, a tese central do livro gira em torno das implicações de ordem política para a esquerda, os comunistas em especial, derivadas de uma teoria da revolução brasileira equivocada.¹² Ou seja, o livro se coloca como parte de uma grande controvérsia sobre os rumos da revolução brasileira. Controvérsia fundamental no campo da esquerda, que até então era hegemônica pelas formulações do PCB, conforme o programa da IC. Os elementos centrais do debate são referentes à caracterização do modo de produção vigente no Brasil, as forças políticas revolucionárias e o caráter da revolução. Em outros termos, poderíamos dizer que a controvérsia se apresenta como um típico debate de intérpretes do Brasil, isto é, interpretação histórica, análise de conjuntura e programa político de transformação.

¹² Conforme argumenta o autor no artigo *Adendo à Revolução Brasileira*, publicado na *Revista Civilização Brasileira* nº 14, 1967. Escrito em respostas ao artigo crítico de Assis Tavares publicado em número anterior da revista, o *adendo* foi posteriormente incorporado às futuras edições do livro.

Já na abertura do livro, Caio Prado problematiza o conceito de revolução:

No sentido em que é ordinariamente usado, “revolução” quer dizer o emprego da força e da violência para a derrubada de governo e tomada do poder por algum grupo, categoria social ou outra força qualquer na oposição. “Revolução” tem aí o sentido que mais apropriadamente caiba ao termo “insurreição”. Mas “revolução” tem também o significado de transformação do regime político-social que pode ser e em regra tem sido historicamente desencadeado ou estimulado por insurreições. Mas que necessariamente não o é. O significado próprio se concentra na transformação, e não no processo imediato através do qual se realiza. (PRADO JR, 1978 [1966], p.11)

Assim, o autor já demonstra um posicionamento muito particular frente ao tema. Se alinha junto àqueles que defendem o caráter processual da revolução: “processo histórico assinalado por reformas e modificações econômicas, sociais e políticas sucessivas, que, concentradas em período histórico relativamente curto, vão dar em transformações estruturais da sociedade” (PRADO JR, 1978 [1966], p.11). Portanto, o grande debate levado a cabo no livro trata das transformações buscadas e das forças sociais capazes de concretizá-las.

É por este caminho que o autor vai confrontar diretamente o que ele chama de a teoria consagrada da revolução brasileira, leia-se: a teoria da revolução do PCB. Caio Prado traça um itinerário de importação da teoria marxista da revolução que, derivada das análises concretas de Marx e Lenin, teria se difundido como um programa fechado e universal para os casos de países coloniais, semicoloniais e dependentes a partir do *VI Congresso da Internacional Comunista*, realizado em Moscou no ano de 1928. E daí transmitida ao PCB.

Esta teoria consagrada da revolução brasileira apresenta o Brasil – e todos os demais países coloniais, semicoloniais e dependentes – como uma formação econômico-social de caráter feudal, onde predominaria o latifúndio feudal e relações sociais de mesmo caráter. Assim concebida, a interpretação histórica generalizante, derivada dos modelos europeus e da interpretação de Lenin para a Rússia, encaminha o primeiro elemento central da revolução brasileira: a luta antifeudal, como revolução agrária protagonizada por camponeses em busca da propriedade da terra.

Neste modelo clássico foi acrescentado outro elemento, distintivo de países coloniais, semicoloniais e dependentes, ou seja, o imperialismo. A força que o capital estrangeiro das grandes potências tem nestes países seria um dos principais obstáculos a

serem superados pela revolução. No entanto, a teoria consagrada se detém sobre a concorrência que o imperialismo atuante no mercado interno faz ao capital nacional, vendo com isso uma contradição entre imperialismo e burguesia nacional. Teríamos aqui outro elemento central da revolução brasileira: a luta anti-imperialista, como uma revolução nacional protagonizada pela burguesia contra a concorrência estrangeira.

Note-se que, à luz desta teoria, a etapa típica da revolução brasileira a ser almejada seria a revolução democrático-burguesa, protagonizada pela burguesia nacional e pelo campesinato. Elaborada e difundida nos anos 1920, esta teoria de inspiração europeia encontrava-se ainda vigente e dominante na esquerda brasileira dos anos 1960. É contra tal teoria consagrada que Caio Prado ergue toda sua indignação, apontando o idealismo e o formalismo nela contidos. Em suma, uma teoria alheia à história de formação e à realidade concreta da conjuntura brasileira, e, portanto, ineficiente para a condução política de seu processo revolucionário.

A teoria da revolução brasileira, para ser algo de efetivamente prático na condução dos fatos, será simplesmente – mas não simplisticamente – a interpretação da conjuntura presente e do processo histórico de que resulta. Processo este que, na sua projeção futura dará cabal resposta às questões pendentes. É nisso que consiste fundamentalmente o método dialético. *Método de interpretação*, e não receituário de fatos, dogma, enquadramento da revolução histórica dentro de esquemas abstratos preestabelecidos. (PRADO JR, 1978 [1966], p.19, grifo do autor)

Afirma-se com isso a necessidade de elaborar uma interpretação do Brasil e, a partir dela, derivar uma teoria da revolução brasileira. Caio Prado identifica o maior problema da teoria consagrada na transposição mecânica das categorias sociais da realidade europeia, russa em particular, para o caso brasileiro. Questiona especialmente a identificação entre os grandes proprietários de terra brasileiros e a nobreza feudal, e entre os trabalhadores do campo brasileiro e o camponês europeu. Esta identificação abstrata não encontraria correspondência na realidade da formação social brasileira.

Este tema havia sido tratado pelo autor em suas obras sobre a história do Brasil – *Evolução Política do Brasil* (1933), *Formação do Brasil Contemporâneo – colônia* (1942) e *História Econômica do Brasil* (1945) – e depois retomado e aprofundado em sua intervenção no debate sobre a questão agrária no início dos anos 1960. Coerente com sua interpretação, Caio Prado mantém a convicção de que a colonização brasileira teria se originado do impulso capitalista da expansão comercial europeia e que não havia motivo para se falar em feudalismo no Brasil.

O sentido da colonização tropical se diferenciaria em muito do feudalismo, na medida em que o objetivo de venda para o mercado era o essencial. Além disso, a própria estrutura econômica e social da colonização apresentaria características bem peculiares, onde o latifúndio produzia baseado no trabalho coletivo e em cooperação de uma grande quantidade de escravos sob direção única do proprietário. O que significa que nem a relação social de produção era a servidão, uma vez que predominava a escravidão, e nem o sistema de produção era organizado em base camponesa, tal como o feudalismo europeu. No mais, o determinante não era o título de propriedade em si, mas a capacidade de investir altas somas de capital para organizar uma produção única em larga escala para o mercado.

Fica evidente que, para o autor, não houve e nem havia feudalismo no Brasil. A suposta luta contra os “restos feudais” defendida pelo PCB se apresentava equivocada. O que havia eram restos escravistas, que implicavam péssimas condições de trabalho no campo brasileiro. Daí a importância de uma correta interpretação do Brasil, já que ela traz graves consequências políticas. Segundo Caio Prado, o objetivo político da luta no campo não era a luta de camponeses pela propriedade da terra, mas a luta de trabalhadores do campo por melhores condições de trabalho.

Outro elemento central criticado era a suposta contradição entre imperialismo e burguesia nacional. Mais uma vez se apoiando em seus trabalhos clássicos sobre a história brasileira, o autor critica esta perspectiva do PCB, afirmando a ausência de uma burguesia nacional com potencial revolucionário. Formada no processo de colonização português com seu caráter capitalista, a burguesia brasileira traria em si um elemento conciliador com o imperialismo. Desde os anos 1940, em *História Econômica do Brasil*, Caio Prado já chamava a atenção para a associação entre as burguesias brasileira e estrangeira. Uma comunidade de interesses que se explicitou com a industrialização pesada e a necessidade de capitais estrangeiros para impulsionar a industrialização brasileira.

Longe de haver a contradição de interesses propalada pela teoria consagrada, o que havia era a dependência da burguesia brasileira frente aos investimentos estrangeiros para garantir a produção de bens de consumo durável. Especialmente após o Plano de Metas de JK, este seria o núcleo da dinâmica de crescimento da economia brasileira, crescimento que beneficiava a burguesia local pela abertura de novas oportunidades de negócio. Aí divergia muito a generalização feita para países coloniais, semicoloniais e dependentes, já que estes últimos, caso do Brasil, apresentavam uma formação social na

qual a suposta burguesia nacional se beneficiava dos investimentos estrangeiros, sem lhes oferecer maiores resistências, quanto mais de caráter revolucionário.

Nos marcos desta interpretação histórica é que podemos compreender o que Caio Prado chama de reversão colonial. Para o autor, houve na história brasileira uma perpetuação do sistema colonial por outros meios. Mesmo após alcançar a independência política de Portugal, o Brasil teria imediatamente se colocado na condição de dependência da Inglaterra, especialmente através do liberalismo no século 19. Já no século 20, no contexto da República e da afirmação da dominação dos EUA, seria o sistema colonial perpetuado pela ação do imperialismo, controlando os rumos da industrialização brasileira. Assim, a industrialização por substituição de importações se apresentava extremamente frágil para o autor, ora ameaçada por um retorno ao típico modelo de exportação primária, ora manejada pelos interesses do imperialismo.

Isso configura o que Caio Prado qualifica como o núcleo central da revolução brasileira, em curso ainda nos anos 1960: a difícil transição da economia colonial para a economia nacional. A economia colonial seria o constante objetivo da produção econômica brasileira voltada para o exterior e controlada por interesses externos. Enquanto que a economia nacional teria como objetivo final a produção econômica para o consumo e subsistência de sua população e controlado por interesses nacionais.

Na instância concreta da evolução histórica brasileira que ora nos ocupa, observamos, no plano mais geral que nos é dado observá-la, que o que se encontra como expressão do conjunto do processo é a progressiva transformação e superação do Brasil colônia que vem do passado e se constitui do complexo de situações, estruturas e instituições em que deu a colonização brasileira. Transformação e superação essas que, impelidas pelo jogo das contradições que se configuram nas mesmas situações, estruturas e instituições, as vão levando a uma nova e diferente feição que significa e significará cada vez mais a integração nacional do Brasil. Isto é, a configuração de um país e sua população voltados essencialmente para si mesmos, e organizados econômica, social e politicamente em função de suas próprias necessidades, interesses e aspirações. (PRADO JR, 1978 [1966], p.134)

Dentro desse quadro, e desta perspectiva de transformação, é que o autor analisa a conjuntura da década de 1960. Esta seria caracterizada pela ascensão da luta e da organização dos trabalhadores do campo, porém num contexto de pouca autonomia dos trabalhadores urbanos diante do oportunismo da demagogia populista. Quanto à burguesia nacional, não havia expectativas de um confronto direto com o imperialismo.

Caio Prado avalia que, no máximo, haveria um ou outro problema de concorrência, mas que estes seriam resolvidos dentro dos marcos do capitalismo dependente, sem qualquer perspectiva revolucionária da burguesia nacional, em geral associada ao imperialismo.

Portanto, diante de tal conjuntura, o problema político da revolução brasileira, isto é, a mobilização das forças sociais revolucionárias, consistiria em construir uma organização autônoma dos trabalhadores urbanos. De modo que fosse viabilizada a aliança central no processo revolucionário brasileiro: aliança dos trabalhadores do campo e da cidade. O antigo lema da aliança proletário-camponesa deveria ser melhor qualificado no caso brasileiro, uma vez que na interpretação do autor não haveria propriamente campesinato no Brasil, mas sim trabalhadores do campo. Para Caio Prado esta condição análoga de trabalhadores lutando por melhores condições de trabalho, seja no campo ou na cidade, seria o elemento central para a unidade da luta revolucionária. De tal modo que caberia ao proletariado urbano a liderança no grande movimento de massas com forte base rural.

Quanto ao caráter da revolução e seu programa prático, o autor se posiciona de forma um tanto ambígua. Afirma ser improdutivo o debate em torno do caráter da revolução, sendo impertinente classificá-la de democrático-burguesa ou socialista. Enquanto marxista, Caio Prado defende a meta final do socialismo. Mas ao explicitar seu programa revolucionário, fica evidente que propõe elementos típicos da revolução democrático-burguesa, embora não plenamente restrito a eles.

Na conjuntura histórica brasileira dos anos 1960, vivendo sob uma ditadura, para o autor cabia ao movimento revolucionário lutar pela retomada da normalidade democrática. Isso possibilitaria aos comunistas e ao movimento sindical sair da clandestinidade e proceder uma organização mais eficiente dos trabalhadores do campo e da cidade. O retorno à democracia e a organização mais eficaz do movimento dos trabalhadores poderia permitir a disputa do Estado burguês, pressionando no sentido de adotar políticas voltadas aos interesses revolucionários.

Restrito ao horizonte das reformas institucionais e do planejamento estatal, o autor não apresenta claramente como seriam executadas certas medidas, por ele defendidas, que claramente transcenderiam ao programa democrático-burguês, como por exemplo: a restrição da livre iniciativa privada, sem contudo eliminá-la; o monopólio estatal do comércio exterior; o controle da remessa de lucros das empresas estrangeiras. Para Caio Prado, tudo se resumiria à organização dos trabalhadores e sua luta por melhores

condições de trabalho no campo e na cidade. De resto, seria a ascensão de sua força política dentro da democracia burguesa que permitiria a progressiva transformação do sistema como um todo, inclusive no sentido socialista desta transformação.

3- FLORESTAN FERNANDES: REVOLUÇÃO PERMANENTE E CONTRARREVOLUÇÃO

A controvérsia em torno da revolução brasileira se transformou nos anos setenta do século passado. Se, por um lado, as formulações de Nelson Werneck Sodré e de Caio Prado Junior deram bases marxistas sólidas ao tema, por outro, foi com a interpretação de Florestan Fernandes a partir da segunda metade do século que a teoria da revolução brasileira, sob uma clara perspectiva ideológica e filosófica marxista, combinada a uma abordagem macrossociológica inspirada em Weber e Durkheim, prosseguiria no Brasil como uma teoria revolucionária.

A revolução russa, em geral, e a IV Internacional, em particular, teriam papel central na formação tanto acadêmica quanto política de Florestan Fernandes. Dentre as principais influências de teoria e prática revolucionária que o autor sofreu destacam-se *O Estado e a Revolução* de Lênin (1918); o conceito de *revolução permanente* introduzido por Marx & Engels (1850), e que seria desenvolvido por Trotsky (1930); e, por último, o conceito de *desenvolvimento desigual e combinado* também formulado por Trotsky.

Sustentamos nesta seção que o autor foi especialmente influenciado por estes dois últimos conceitos durante toda sua trajetória, fato que pode ser constatado nas proposições de sua obra principal *A Revolução Burguesa no Brasil* de 1975; como também em *Circuito Fechado* de 1976 e em *O que é revolução?* de 1981, obras onde trata da importância do estatuto da escravidão como centro de uma acumulação originária nas ordens colonial e neocolonial; da especificidade da revolução burguesa no Brasil e sua solução contrarrevolucionária; e das perspectivas de uma revolução proletária no Brasil, país inserido no capitalismo dependente.

Como militante, o sociólogo esteve filiado no Partido Socialista Revolucionário entre 1942 e 1953 e, mais tarde, no Partido dos Trabalhadores, partido ao qual contribuiu criticamente com a formação e pelo qual foi deputado federal duas vezes entre 1987 e 1995, tendo participado da constituinte e onde exerceu críticas ao governo Fernando Henrique Cardoso. Ao longo de sua vida contribuiu também com atuação militante crítica

em favor da educação popular, das reformas estruturais de base, da reforma universitária e do fim dos regimes autoritários de Vargas e do golpe de 1964.

No que tange à controvérsia que percorre este artigo, a da revolução brasileira, teve uma interpretação original, crítica e sistematizada da peculiaridade de revolução burguesa no Brasil, como corolário do capitalismo dependente latino-americano. Conforme a periodização assinalada, os rumos do programa nacional-democrático, formulado sob as orientações do *VI Congresso da Internacional Comunista* de 1928 e modificado sob a reorientação da *Declaração de Março de 1958* do PCB, fariam o sociólogo paulista se inserir na controvérsia sobre a Revolução Brasileira de forma crítica e externa aos quadros do PCB.

Como já indicado, Florestan vislumbrou os principais debates do programa nacional-democrático por meio de sua militância num partido trotskista¹³. Após já ter saído do PSR, se inseriria academicamente no debate ao seguir a linha crítica de Caio Prado Jr. Embora tenha apontado alguns limites da interpretação do geógrafo e historiador, como o subdimensionamento que Caio Prado dera ao alcance da industrialização brasileira do pós-guerra e a falta de uma análise sociológica do sentido da colonização brasileira, concorda com aquele autor no que toca ao caráter da burguesia brasileira e a orientação da revolução brasileira que deve ser um processo orientado pelos proletários e que promova melhores condições de vida para a massa da população (FERNANDES, 1995).

Assim, pode-se afirmar que ao trilhar a interpretação de Caio Prado introduzindo novas perspectivas, Florestan Fernandes foi além ao fornecer uma crítica a partir de fora do PCB e por ser um dos fundadores do programa democrático-popular, tendo sempre no horizonte a Revolução Permanente como princípio norteador.

Colocada a conexão de Florestan Fernandes com a vanguarda de esquerda de seu tempo, podemos passar para sua contribuição em termos teóricos. O objeto de estudo que perpassa toda a obra de Florestan é a possibilidade de uma revolução social que rompa com as amarras do que o autor define como a dupla articulação do capitalismo dependente: a dependência externa e a segregação social interna. Esta, segundo o autor, seria a marca que o Brasil traz desde os tempos de colônia e que seria intensificada com

¹³ As dissidências do PCB dariam origem ao que Karepovs *et alli* (1995) chamaram de trotskistas de 1ª e 2ª geração no Brasil. Florestan Fernandes seria representante desta última e entraria no Partido Socialista Revolucionário sob convite de Hermínio Sacchetta em 1942.

a estruturação da sociedade em classes a partir da abolição da escravidão, proclamação da república e o lento processo de urbanização de uma "ordem social competitiva" na virada do século 19 para o 20.

Influenciado pelo princípio de desenvolvimento desigual e combinado, dá centralidade à especificidade de um país dependente na ordem global. Em *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento* de 1968, mesmo ano em que teve seus direitos políticos cassados pelo AI-5, afirma:

Portanto, uma sociedade subdesenvolvida, que se encontre no estágio do capitalismo dependente, não só possui uma economia de mercado capitalista, no sentido moderno. A sua própria ordem econômica é uma ordem capitalista. Sob esse aspecto, ela reproduz várias condições essenciais para a existência, o funcionamento e o crescimento do regime social de produção capitalista. Talvez por causa disso, alguns autores se viram tentados a focalizá-la como se ela constituísse uma réplica em miniatura do modelo original e se estivesse, assim, num estágio inevitável, mas transitório da evolução normal do capitalismo. Contudo, essa visão falseia a realidade em um ponto fundamental. Na medida em que a estrutura e o destino histórico de sociedades desse tipo se vinculam a um capitalismo dependente, eles encarnam uma situação específica, que só pode ser caracterizada através de uma economia de mercado capitalista duplamente polarizada, destituída de auto-suficiência e possuidora, no máximo de autonomia limitada. (FERNANDES, 1968, p.36)

Em *A Revolução Burguesa no Brasil*, Fernandes mostra pormenorizadamente como o processo da revolução burguesa é lento e controlado. Iniciado com o golpe de 1930 num contexto de urbanização e industrialização crescentes, este processo transformou a estrutura econômica e a superestrutura política do país. Ao superar o panorama da República Velha sem realizar uma ruptura radical, as classes dominantes e aristocráticas, oriundas do regime colonial e orientadas pelo "sentido dos negócios", se fundiram com a classe emergente dos comerciantes pequeno-burgueses combinando o elemento arcaico da sociedade brasileira com o elemento "moderno" da sociedade industrial ocidental.

Assim o ritmo, o sentido e a intensidade do desenvolvimento capitalista no Brasil ficou sob o controle estrito das classes dominantes que recorreram ao Estado como centro de sua dominação política. Este processo seria uma peculiaridade do capitalismo brasileiro: antes mesmo de consolidar sua dominação econômica sobre os "semi-integrados" e "condenados do sistema" em bases burguesas modernas, as classes

dominantes já tinham o controle político da sociedade por meio do uso do Estado como um forte instrumento de dominação.

Portanto, a revolução burguesa no cenário do capitalismo dependente latino-americano, possibilitaria às burguesias abandonarem a "ideologia e utopia" das revoluções liberais inglesa, americana e francesa por não precisarem dela. Puderam escamotear seus interesses de classe particularistas, egoístas e patrimonialistas como se fossem interesses gerais de uma "nação", de uma coletividade integrada. Ao centralizarem seu poder no Estado, estas burguesias atuaram de forma opressora e repressora em momentos de disjuntiva histórica em que o *status quo*, isto é, sua situação de classe como classe dominante, era ameaçada. No Brasil, isto vem se traduzindo na ressignificação da questão social em questão de polícia, mostrando o caráter ultra autoritário, antissocial e antinacional de nossas burguesias que, em momentos de crise, realizam contrarrevoluções preventivas.

No Brasil a revolução burguesa se deu peculiarmente pela via autocrática dependente com a intensificação da dupla articulação entre segregação social interna e dependência externa. Mais, no período da ordem social monopolista de imperialismo total dos anos 1960, havia uma crise burguesa derivada da peculiaridade do duplo caráter das burguesias brasileiras (onipotentes para dentro e subservientes para fora) que levaria a uma solução radical: a concretização da revolução burguesa no Brasil com a instauração do regime civil-militar de 1964. Da perspectiva do capital, ou das classes dominantes, a questão da formação nacional seria varrida de cena definitivamente através daquilo que Fernandes (1975) definiu como uma contrarrevolução permanente, a institucionalização da opressão e repressão como solução burguesa para a crise de hegemonia burguesa via a unificação e centralização das classes dominantes no Estado, uma super-entidade política.

Acontece que, como destacou o próprio Florestan Fernandes, esta solução era temporária, pois a solução burguesa carregava em si sementes de contradições que levariam ao relaxamento do regime autoritário, pelos menos da forma ultrarreacionária e unificada presente no regime de 1964. Diante disso, no final de *A Revolução Burguesa no Brasil*, o sociólogo vislumbra a combinação de uma dupla possibilidade no período de transição política iniciado nos fins da década de 1970: o casamento da intensificação do regime autocrático burguês com a emergência da forma política de *democracia de*

cooptação. Para prosseguir, há de se fazer uma digressão para entender a democracia de cooptação como um processo de revolução nas técnicas da contrarrevolução.

Em 1981, no contexto de distensão política do regime militar no Brasil, Florestan Fernandes ponderou sobre a cooptação em *O que é revolução?*:

Se se procede a uma análise rigorosa, que leve em conta as evoluções ocorridas nas sociedades capitalistas centrais, descobre-se que a burguesia não só aprendeu a conviver com a luta de classes - ela foi mais longe e vergou o próprio movimento socialista, primeiro, e o movimento comunista, em seguida, forçando-os a definir como seu eixo político a forma burguesa de democracia (isto é, forçou-os a renegar a luta de classes e os meios violentos, "não-democráticos", de conquista de poder) [...] a burguesia aprendeu a usar globalmente as técnicas que lhe são apropriadas de luta de classes e ousou incorporar essas técnicas a uma gigantesca rede institucional, da empresa ao sindicato patronal, do Estado às organizações capitalistas continentais e de âmbito mundial. Enquanto o movimento socialista e o movimento comunista optaram por opções "táticas" e "defensivas", a burguesia avançou estrategicamente, em nível financeiro, estatal e militar, e procedeu a uma verdadeira *revolução das técnicas da contrarrevolução*. Inclusive, abriu novos espaços para si própria, explorando as funções de legitimação do Estado para amarrar as classes trabalhadoras à *segurança da ordem* e soldar os sindicatos ou os partidos operários aos *destinos da democracia*. (FERNANDES, 1981, p.10)

Portanto, a ideia de democracia de cooptação está atrelada ao desenvolvimento dos instrumentos de manutenção do *status quo* pelas classes dominantes. Sua marca está no fato de constituir uma contrarrevolução "a frio", isto é, sem o uso único da força com opressão e repressão. Os métodos da democracia de cooptação são variados, porém o objetivo é claro: transformar revolucionários em reformistas e garantir a absorção gradual e contínua dos elementos contraditórios surgidos na luta de classes no âmbito da sociedade política e da sociedade civil. Esta forma de democracia implica a corrupção "intrínseca e inevitável" do sistema de poder.

Para Florestan Fernandes, em uma democracia efetiva de massas, implicaria a utilização da tolerância como a forma de resolução de conflitos. Porém na conjuntura brasileira dos anos 1960, o Estado autocrático impedia isto. Além disso, a forma como se deu a transição daquele regime para a forma democrática no Brasil garantiu que este bloqueio fosse perpetuado. Trata-se, então, de uma democracia restrita que configura o *circuito fechado*, sob o qual apenas "os mais iguais", as elites dominantes e as classes médias, participam do processo decisório da vida política, econômica e social.

Uma cooptação para além do "aburguesamento" dos setores radicais da classe média e dos líderes dos movimentos trabalhistas, seria uma democracia que, pelo menos na aparência, se "abriria para baixo" ao permitir incorporar à ordem social competitiva, de forma tutelada, a classe trabalhadora. Todavia, esta abertura para baixo não ultrapassaria os limites de uma democracia oligárquica de um Estado autocrático, onde as "regras do jogo" valem somente para os mais iguais (aqueles inseridos na ordem social vigente).

Com todas as suas limitações e inconsistências, o padrão compósito e articulado de hegemonia burguesa pode demonstrar, então, toda a sua utilidade como uma "ponte" entre classes e estratos de classe burgueses nacionais e estrangeiros, um elo flexível, que facilita a distribuição de todos no espaço político "revolucionário" e a fruição desigual do poder ou de vantagens entre os mais iguais. Graças a ele, os estratos médios ganham no rateio e se privilegiam muito acima do seu próprio prestígio social, movendo as alavancas do aparato estatal que estão nas mãos da burguesia burocrática, tecnocrática e militar. Ao mesmo tempo, também graças a ele, os "interesses verdadeiramente fortes" e os "interesses predominantes" deparam, enfim com o seu meio político ideal, podendo impor-se à vontade, de "cima para baixo", e florescer sem restrições. Se já houve alguma vez um paraíso burguês este existe no Brasil, pelo menos depois de 1968 (FERNANDES, 1975, p.416).

O próprio Florestan na conclusão de sua obra principal mostra como a democracia de cooptação era incipiente e incerta já na segunda metade dos anos 1970. Segundo ele, esta forma política nasceu débil, pois foi concebida num contexto de amálgama de duas revoluções antagônicas que eram frutos do consenso burguês de dominação autoritária: uma revolução de aceleração econômica que pregava a modernização como meio de legitimação do Estado autocrático e outra na forma de uma contrarrevolução preventiva que tinha como estratégia a manutenção da ordem. Num país de capitalismo dependente e pobre com extrema concentração da riqueza e do poder, existe pouco espaço para a compra de alianças e lealdades estáveis. Assim, a democracia de cooptação acaba por

[...] exacerbar as contradições intrínsecas ao regime de classes, levando a pontos explosivos de efervescência que mais debilitam que fortalecem o Estado autocrático, compelido a funcionar sob extrema tensão permanente e autodestrutiva, de insuperável paz armada. (FERNANDES, 1975, p.424)

Com a revolução burguesa já realizada, Florestan indica a necessidade de construção de uma alternativa que tenha como orientação os interesses dos trabalhadores, pois o capitalismo dependente só permite uma democracia restrita, não abrindo espaço

para soluções dentro da ordem. Seria necessária uma revolução fora da ordem, cujo sujeito histórico só pode ser a classe trabalhadora. Fica clara, a influência de *O Estado e a Revolução* de Lenin, onde o autor russo nega viabilidade do controle da revolução pela burguesia, defendendo a transformação do partido e a tomada do poder pelo proletariado.

Em *O que é Revolução?*, Florestan busca trabalhar a identificação deste sujeito histórico, bem como explicita suas concepções de povo e nação. Para isso, retoma a atualidade do Manifesto Comunista citando os três elementos da revolução proletária: 1) a formação da classe proletária como uma classe independente à classe capitalista, uma verdadeira classe em si e que tem noção dos seus desafios; 2) a confrontação com a classe burguesa pela hegemonia política, o que demanda um partido organizado e 3) a efetiva tomada do Estado.

Porém, Florestan estava atento ao fato de que uma "revolução não se faz por encomenda" e retoma a situação revolucionária de Lenin, único momento em que a revolução é possível e que depende de um conjunto de circunstâncias objetivas e subjetivas que devem se combinar. As condições objetivas são: 1) uma crise das cúpulas que impeça as classes dominantes de governar como antes; 2) o crescimento da miséria e da angústia de forma intensa; 3) ação independente das massas. As condições subjetivas são a capacidade de organização do partido para liderar o movimento de massas, com trabalho de elevação da consciência de classe e definição de estratégia e tática na condução de ações revolucionárias para a tomada do poder.

Diante disso, Florestan percebe que se deve evitar situações muito comuns no Brasil: a composição, o amálgama, o radicalismo burguês e o populismo, pois podem levar à cooptação e ao enquadramento por "dentro da ordem" do processo revolucionário, correndo o risco de se tornar algo semelhante à social-democracia europeia. Considerando esta reflexão de Florestan e a conjuntura política da transição da ditadura para a nova república, o texto de Marx e Engels *Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas* (1850) nos auxilia a pensar a construção de uma revolução fora da ordem, em um movimento de revolução permanente¹⁴.

¹⁴ Na perspectiva dos autores o partido proletário pode realizar alianças táticas num contexto de revolução democrático-burguesa, desde que: consiga manter um programa próprio; uma organização independente que atue tanto legal como secretamente e que, se necessário for, pegue em armas; seja capaz de estabelecer um duplo poder; e, o mais importante, que mantenha a revolução permanente ou, em outras palavras, transforme a revolução burguesa numa revolução social proletária.

Florestan Fernandes deixa claro sua percepção de revolução permanente quando faz a distinção entre "revolução dentro da ordem" e "revolução fora da ordem". Em palavras claras, a primeira pode ser entendida como "reforma" enquanto a segunda como a "revolução em si".

Ao formular que as classes dominantes buscariam encontrar novas formas coercitivas estatais, o autor sugere que o alastramento da democracia de cooptação implicaria o favorecimento parcial das classes subalternas. Assim, a possibilidade de mobilidade social vertical engendrada pelo apassivamento e a aliança de classes nas reformas teria duas consequências: 1) aburguesamento de setores das classes operárias e destituídas, incorporados parcialmente à ordem burguesa, gerando protestos *dentro da ordem*; mas este mesmo processo geraria 2) uma organização crescente de pressões *contra a ordem*, uma vez que estariam expostas as contradições da sociedade de classes, insolúveis no capitalismo dependente.

Uma vez constituídos como *classe em si*, isto é, com força independente diante da classe capitalista e organizada politicamente, os proletários deveriam organizar o processo de mudança social revolucionário. Segundo Florestan (1989), o exemplo de formação da classe proletária no Brasil como classe em si são os episódios das greves de 1978 no ABC paulista. Ali os trabalhadores teriam se mostrado como uma classe independente e organizada pela primeira vez na história do país, segundo o sociólogo.

O autor avalia as deficiências da forma política da democracia de cooptação, por elevar as tensões do capitalismo dependente a um ponto de inexorável contradição, que serviria de estopim para a revolução social. Não se trata, porém de um "acúmulo de forças" necessário ao capitalismo tal como defendia o PCB após março de 1958, mas da forma tática de uma luta que tem um objetivo estratégico bem definido, a emancipação da classe trabalhadora no Brasil. Florestan estava consciente de ser necessário um programa próprio, independente e que contasse com a aliança burguesa somente até onde esta não entrasse em conflito com a causa proletária (FERNANDES, 1989).

Assim, a controvérsia da revolução brasileira interpretada por Florestan ressalta a especificidade histórica da trincheira brasileira, a luta pelo fim do processo de colonização, o que é definido pelo caráter de nossas burguesias, burguesias dos negócios, sócias menores do capital internacional. Tais classes dominantes forjaram o caráter do Estado brasileiro, enquanto um instrumento de dominação destas burguesias, que mantém

a contrarrevolução tanto na forma coercitiva, como na forma consensual, como sintetizou em *Circuito Fechado*:

Os que reprimem e oprimem, nestes dias, lutam para impedir o *curto-circuito* final, que para eles vem a ser o desaparecimento de um Estado antagônico à Nação e ao Povo, ou seja, um Estado que, como todo Estado elitista, tem sempre de "fechar a história" para os que não estão no poder. (FERNANDES,1976, p.34)

4- SÍNTESE DA CONTROVÉRSIA

Ao comemorar os 100 anos da revolução russa, maior movimento revolucionário organizado da história, buscamos resgatar no pensamento econômico e social brasileiro os autores marxistas que refletiram sobre a teoria e a prática da revolução em nosso país. Diretamente influenciados pela experiência soviética, tais autores apresentaram interpretações e proposições políticas diferenciadas frente ao tema.

Nelson Werneck Sodré se colocou como uma das principais referências para a posição do marxismo ortodoxo, dominante no PCB. Buscou analisar as relações internas de produção e propriedade para definir o modo de produção vigente no Brasil. Para isso, desenvolveu uma interpretação histórica que entende o processo de colonização sob comando do capital comercial no bojo do feudalismo português, de tal forma que não haveria se constituído um modo de produção capitalista no Brasil. Ao contrário, teria havido uma regressão no próprio feudalismo, conduzindo à instalação do escravismo na colônia. Este seria um modo de produção transplantado pelo processo de colonização, progressivamente compondo a característica de heterocronia da economia brasileira, isto é, a simultaneidade de diferentes modos de produção, ou, nas palavras de Sodré, a contemporaneidade do não coetâneo.

A decadência do escravismo na segunda metade do século 19 estabeleceria a predominância do modo de produção feudal na república velha, fundado no monopólio da terra herdado da colonização. Este seria um feudalismo à brasileira, diferente do europeu, mas que de toda forma se apresentaria como um entrave ao desenvolvimento do capitalismo no país. Na verdade, haveria um duplo entrave, típico de país colonial: o monopólio feudal da terra e o imperialismo.

Daí o autor propor uma política de alianças para formar uma frente popular ampla com trabalhadores urbanos, camponeses e burguesia nacional. Esta seria a composição política do movimento revolucionário, para levar adiante a revolução democrático-

burguesa, tal como proposto pela linha central da Internacional Comunista e pelo PCB. Portanto, esta etapa da revolução deveria ser antifeudal, anti-imperialista, nacional e democrática.

Caio Prado Junior vai exercer uma crítica persistente à interpretação e à política revolucionária dominante no PCB, desde sua filiação nos anos 1930 até suas últimas intervenções. Especialmente nos anos 1960, pós golpe de 1964, o autor vai fazer uma dura crítica ao que ele se refere como a teoria consagrada da revolução brasileira. Apontando nesta teoria uma transposição mecânica das categorias típicas da sociedade europeia para a realidade brasileira.

Assim, critica a interpretação do feudalismo no Brasil, colocando sempre a característica capitalista do empreendimento colonial, ou seja, o sentido da colonização e a organização da produção em bases da grande exploração rural. Além disso, considera equivocada a análise do campesinato, afirmando não haver no Brasil tal categoria social de pequenos proprietários no campo. Para o autor seriam todos trabalhadores rurais sem qualquer propriedade de terra. Da mesma forma, não distingue uma burguesia nacional com ímpetos anti-imperialistas, sendo, pelo contrário, formada no Brasil uma burguesia associada ao capital estrangeiro, com afinidade de interesses, mesmo quando eventualmente haja algum atrito de concorrência capitalista.

Para Caio Prado, o núcleo central da revolução brasileira seria a superação da economia colonial, realizando uma transição para a economia nacional. Para tanto, a aliança política fundamental se daria entre trabalhadores do campo e da cidade, unidos pela condição análoga de não proprietários explorados. Esta unidade de luta deveria se consolidar num amplo movimento de massas, com forte base rural, mas sob a liderança do proletariado urbano.

O autor demonstra certa ambiguidade ao tratar do caráter da revolução brasileira, pois propõe alguns elementos característicos da revolução democrático-burguesa, mas sempre afirmando o objetivo final da revolução socialista. Assim, aposta num retorno à democracia como forma de viabilizar uma melhor organização dos trabalhadores, conquistando ativa participação política e influenciando nos rumos do país. Este seria o caminho de progressivas reformas institucionais e de planejamento estatal para realizar uma transformação processual rumo à revolução socialista.

Florestan Fernandes, por sua vez, vai afirmar sempre a necessidade da revolução social para romper com a dupla articulação característica do capitalismo dependente, marcado pela dependência externa e pela segregação social interna. A evolução do capitalismo mundial nas bases do desenvolvimento desigual e combinado teria gerado uma especificidade para a revolução burguesa Brasil: a burguesia realizaria sua revolução desprovida de horizonte utópico, sem preocupações quanto à formação da nação ou à instituição de uma sociedade democrática.

Apoiada na dominação autocrática do Estado, a burguesia brasileira optaria pela repressão aos trabalhadores sempre que houvesse qualquer ameaça ao seu poder, inviabilizando as ações políticas das classes subalternas. Assim, a revolução burguesa não seria capaz de romper com a dupla determinação típica dos países dependentes. Ao contrário, realizaria o aprofundamento destas determinações pela prática corrente da contrarrevolução preventiva.

Ao analisar a virada dos anos 1970 para os 1980, Florestan já apontava os limites da transição democrática, qualificando o que denominou de democracia de cooptação. Esta seria uma revolução nas técnicas da contrarrevolução, supostamente abrindo o Estado à participação política dos trabalhadores, mas inviabilizando sua prática revolucionária efetiva pela cooptação das lideranças inseridas no jogo da democracia burguesa. De tal modo, apostava na manutenção da autonomia política dos trabalhadores frente à burguesia, com a organização de um partido próprio, com um programa revolucionário sob a liderança dos trabalhadores. A aliança tática com a burguesia deveria durar enquanto não houvesse contradição de interesses de classe na revolução dentro da ordem. Mas esta aliança deveria ser rompida quando a revolução permanente dos trabalhadores avançasse rumo à revolução contra a ordem, ou seja, a revolução socialista.

Buscamos sistematizar, neste artigo, uma controvérsia fundamental do pensamento marxista no Brasil. O tema da revolução brasileira é central e estrutura quase todos os debates do campo marxista. Especialmente em tempos de avanço da hegemonia neoliberal, é imprescindível retornar aos temas clássicos do pensamento revolucionário. Pois é neste campo que se consolidaram as grandes interpretações marxistas do Brasil, abarcando a compreensão da formação histórica, a análise das conjunturas específicas e o horizonte da prática política revolucionária.

Referências bibliográficas:

- CURTY, C.; LEON, J.; BARBOSA, L. **A Revolução Russa e suas influências sobre o contexto no qual se desdobra o debate da revolução brasileira.** In: *Anais Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2017: de O Capital à Revolução de Outubro (1867-1917)*. Niterói, 2017.
- DEL ROIO, Marcos. **A teoria da Revolução Brasileira: tentativa de uma particularização de uma revolução burguesa em processo.** In: MORAES, João Quartim de; DEL ROIO, Marcos. (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*, v.4: Visões do Brasil. Campinas: Unicamp, 2000.
- FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento.** Editora Zahar. [1968] 1981.
- _____. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica.** Rio de Janeiro: Editora Globo, [1975] 2011.
- _____. **Circuito fechado: quatro ensaios sobre o "poder institucional".** Rio de Janeiro. Editora Globo. [1976] 2010.
- _____. **O que é Revolução?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- _____. **Pensamento e ação: o PT e os rumos do socialismo.** Rio de Janeiro: Editora Globo, [1989] 2006.
- _____. **Memória: Entrevista Florestan Fernandes.** In: *Teoria e Debate*, n.13, 1991.
- _____. **Caio Prado Junior: a rebelião moral.** Texto disponível em: <https://pt.scribd.com/document/110625208/Caio-Prado-Jr-Rebeliao-Moral-Florestan-Fernandes>. 1995.
- GRESPLAN, José Luís. **O conceito de "modo de produção" em Nelson Werneck Sodré.** In: CUNHA, Paulo; CABRAL, Fátima. *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena.* São Paulo: Unesp, 2006.
- HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991.** São Paulo: Companhia das Letras, [1995] 2011.
- KAREPOVS, Dainis *et alli*. **Trotsky e o Brasil.** In *História do Marxismo no Brasil: os influxos teóricos*. v.II. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
- LENIN, Vladimir. **O Estado e a Revolução.** São Paulo: Expressão Popular, [1918] 2007.
- MARX, Karl & FRIEDRICH, Engels. **Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas, 1850.** Texto disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1850/03/mensagem-liga.htm>. Acessado em 16/06/2017,
- PRADO JR., Caio. **Evolução Política do Brasil.** São Paulo: Editora Brasiliense, 21ª edição, [1933] 2007.
- _____. **Formação do Brasil Contemporâneo – colônia.** São Paulo: Editora Brasiliense, 23ª edição, [1942] 1995.
- _____. **História Econômica do Brasil.** São Paulo: Editora Brasiliense, 12ª edição, [1945] 1970.
- _____. **A Revolução Brasileira.** São Paulo: Editora Brasiliense, 6ª edição, [1966] 1978.

- _____. **História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro.** São Paulo: Editora Brasiliense, [1968] 1999.
- _____. **Adendo a A Revolução Brasileira.** In: _____. *A Revolução Brasileira.* São Paulo: Editora Brasiliense, 6ª edição, [1967] 1978.
- _____. **Perspectiva em 1977.** In: _____. *A Revolução Brasileira.* São Paulo: Editora Brasiliense, 6ª edição, [1977] 1978.
- PINHEIRO, Filipe. **Bolchevistas e Trotskistas no Brasil: a revolução russa e a controvérsia da revolução brasileira nos anos 1920.** In: *Anais Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2017: de O Capital à Revolução de Outubro (1867-1917).* Niterói, 2017.
- PINHEIRO, Filipe *et alli.* **Nelson Werneck Sodré: feudalismo e revolução à brasileira.** In: *Anais Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente.* Niterói, 2015.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação da sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.
- _____. **Formação histórica do Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1962] 1976.
- _____. **Modos de Produção no Brasil.** In: LAPA, José Roberto do Amaral (org.) *Modos de produção e realidade brasileira.* Petrópolis: Vozes, 1980.
- TROTSKY Leon. **A revolução permanente.** São Paulo: Expressão Popular, [1930] 2007.